



PONTO DE VISTA
PUNTO DE VISTA

**O EU E O NÓS A PARTIR DA ECOLOGIA HUMANA:
repensando o público e o privado de forma a contribuir com
políticas para a nossa casa**

Cynthia Rubia Braga Gontijo¹

Camila Parachini Figueiredo Borin²

**O DESMORONAMENTO DA TRADIÇÃO INTELECTUAL
EXPLICATIVA SOBRE O EU E O NÓS - O PÚBLICO E O PRIVADO**

Muros prisioneiros de seu próprio murar.
Campos de morte. Muros de medo.
Muros silvestres, de ramagens e ninhos.
[...] Devo me permitir te repensar? [...].
(Hilda Hilst).

E logo a espécie *homo sapiens* descobriu a necessidade do outro para o seu caminho de humanização. Eis que se inicia a construção da História, intermediada, intrinsecamente, pelas contradições entre o público e o privado. Localizamos aí, justamente nos meandros tensionados do público-privado, a gênese da história do homem, neste mundo, em que se configurará em processos identitários ora mais rígidos e sólidos, ora mais fluidos e líquidos.

Apesar de o mapeamento das fronteiras entre o público e o privado esbarrar, historicamente, em ambiguidades, nas denominadas Antiguidade e Idade Média, essas, ainda, podiam ser identificadas com razoável racionalidade pragmática. A noção central que sustenta a produção intelectual acerca da temática, nesses períodos, é a de

217

1 Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FAE/UFMG). Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), atuando no Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente/Unidade de Passos, na Faculdade de Políticas Públicas (FaPP) e na Escola Guignard. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Clacso: Espaços deliberativos e governança pública (GEGOP/CLACSO).

2 Mestranda do Programa Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UEMG/Unidade de Passos. Engenharia Civil pela UEMG/Unidade Passos. Engenheira de projetos de desenvolvimento local e regional no Sul de Minas.

que público se refere à sociedade, ao nós, e privado ao indivíduo, e a sua casa, ou seja, espaços compreendidos como instâncias radicalmente distintas.

A esfera pública seria o espaço comum a todos, em que “tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”, conformando em si o fenômeno da política. Já a esfera privada refere-se ao espaço da intimidade, em que o que o sujeito “faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros” (ARENDRT, 2009, p. 78).

No pensamento arendtiano, o público e o privado são categorias radicalmente distintas, as quais formatam as possibilidades para a realização da condição humana. A esfera pública é o espaço comum em que os homens exercem a *vita activa*¹, a ação, ou seja, a plenitude da liberdade, da dignidade da política, das relações desvinculadas das necessidades. Já na esfera privada - o espaço doméstico -, os homens exercem o labor, ou seja, a plenitude das suas necessidades, da satisfação da reprodução material.

Contudo, a denominada Modernidade inaugura determinadas porosidades nas fronteiras entre Estado, mercado, sociedade civil e indivíduos, e, portanto, entre o público e privado. A ampliação das possibilidades para a participação de indivíduos e coletivos diferenciados naquilo que se denominava, até então, como espaço público ocorre, a partir do século XVIII, impulsionada por lutas concretas e simbólicas pela invenção, pelo reconhecimento e/ou pela garantia de determinados direitos individuais/civis e políticos. No entanto, ao lado disso, ocorre a ampliação do sentido daquilo que se denominava como privado, na medida em que este irá ser,

1 Arendt (2009) opõe, tal como Aristóteles (2002), a “vida ativa” a “vida contemplativa”.

repensando o público e o privado de forma a contribuir com políticas para a nossa casa

progressivamente, inventado como o espaço da satisfação plena do sujeito moderno e das suas necessidades modernas².

Em sua produção intelectual sobre a constituição do sujeito e da vida política na modernidade, Arendt (2009, p. 79) busca compreender se a sociedade, neste contexto, foi reduzida a uma “massa” cuja “única coisa [...] em comum são os seus interesses privados”. Interessa observar que se na democracia grega a esfera pública era imediatamente a comunidade política, já na modernidade ela irá se reduzir em esfera social. Para a autora, a própria esfera privada, também, se reduziu a esta:

[...] pois sabemos que a contradição entre o privado e o público, típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno temporário que trouxe a completa extinção da própria diferença entre as esferas privada e pública, a submersão de ambas na esfera do social. Pela mesma razão, estamos em posição bem melhor para compreendermos as conseqüências, para a existência humana, do desaparecimento de ambas estas esferas da vida – a esfera pública porque se tornou função da esfera privada, e a esfera privada porque se tornou a única preocupação comum que sobreviveu (ARENDR, 2009, p. 79).

219

Já para Habermas (1984), a esfera pública seria o espaço em que se legitima, por meio de processos comunicativos, os interesses da sociedade, os quais deveriam ser garantidos pelos mecanismos institucionalizados do sistema político.

Habermas (1984) discorda de Arendt (2009) em relação à sua concepção de esfera pública, mas coaduna com ela ao que se refere ao aprofundamento do seu esgarçamento na modernidade. Contudo, suas explicações para o sufocamento do público, a partir de então,

2 Lembramos aqui Marx (1989) dizendo que o homem, também, se torna escravo das necessidades que cria.

são diferenciadas. Enquanto para Arendt a legitimação de interesses econômicos privados submergiu a esfera pública à privada, fazendo dessa a única preocupação comum que sobreviveu; para Habermas a apropriação desigual de recursos comunicativos impossibilita que os sujeitos participem nas mesmas condições dos debates e das decisões que interessam à sociedade, negando, assim, a isonomia necessária à geração daquela esfera.

O sombrio mundo preconizado por Huxley (1996), em 1934, em Admirável Mundo Novo, se reafirma e reforça na incorporação da teoria Big Brother pelos homens hipermodernos, teoria essa romanciada na obra 1984 de George Orwell. Orwell (2003) nos apresenta, ainda em 1949, uma distopia para o final do século XX.

O mundo *voyeur* que se anuncia, em redes sociais, selfies, nudes, dentre outras experiências, no final do século XX, nos tensiona e nos desafia a repensar fronteiras entre o eu e o nós, entre o público e o privado. As explicações clássicas sobre essas esferas já não satisfazem mais no *Game of Thrones*³ hipermoderno.

[...] Mas a novidade não é a corrupção generalizada nem as falhas éticas que sempre existiram, mas a exibição perversa desta imoralidade. Este novo fenômeno é a corrupção da ética, tomada em seu próprio exibicionismo, sem máscaras, nem maquiagem. Tornamo-nos obscenos por força de querer ser modernos, imitando sempre o pior do mundo desenvolvido. Está sendo produzida uma nova forma de subjetividade: a legitimação do indivíduo perverso [...] pornografia da transparência, exibicionismo perverso das falhas éticas. Vale tudo. Tudo se faz visual. Nada se oculta. Tudo se revela publicamente, até os mecanismos secretos da corrupção podem ser mostrados sem pudor, pelo contrário, com orgulho

3 Fazemos aqui uma alusão à série norte-americana *Game of Thrones*. Essa série, fenômeno mundial desde o seu lançamento em 2011, discorre sobre lutas humanas e espirituais, incessantes, para o governo de todas as coisas.

O EU E O NÓS A PARTIR DA ECOLOGIA HUMANA:
repensando o público e o privado de forma a contribuir com políticas para a nossa casa

[...]. Nova pornografia da imoralidade que se torna grosseiramente hipervísivel, já não há mais o que ocultar. Tudo deve ser revelado ante o olhar atônito dos indivíduos que olham sem olhar, sem imaginar, carentes de capacidade crítica [...]. A hipervisibilidade das coisas. Sua obscenidade. Mas insisto, se este tipo de discurso é possível, é porque satisfaz também os ideais de um sujeito acrítico e voyeur, instalado, de forma crescente, como produto deste novo tipo de subjetividade [...]. Desaparecimento dos segredos, pornografia das éticas, cultura da obscenidade. Mas a hipervisibilidade das coisas denuncia também a iminência de seu fim (PAVLOVISKY, 1994, s/p).

A ECOLOGIA HUMANA COMO UM POSSÍVEL HORIZONTE PARA POLÍTICAS PARA AS NOSSAS CASAS

Não me falta cadeira
Não me falta sofá
Só falta você sentada na sala
Só falta você estar [...].
(Arnaldo Antunes em *A Casa é Sua*,
2009).

221

Os partidários da Ecologia Humana reconhecem o homem como intrínseco ao ecossistema, ou melhor, a rede ecológica planetária, universal, multi e interdimensional. Preocupados com a nossa casa física, habitacional, cidadina, nacional, e todos os nossos possíveis lares, entendemos que os princípios da denominada Ecologia Humana podem contribuir, sobremaneira, com as mais de sete bilhões de ilhas que nos transformamos, falseadas pela ilusão e pelo espetáculo do voyeurismo supracitado.

Localizamos os prenúncios da teoria Ecologia Humana no início do século XX. Nessa época, a Sociologia Urbana assume como objeto de investigação e análise o comportamento humano, ora

entendido como responsável pelas chamadas patologias sociais⁴. Nesse contexto, registra-se a expressão ecologia humana em parte da produção sociológica do período como recurso para melhor se compreender e repensar as cidades.

Nesse início de século, a cidade e a sua população eram tomadas pela Sociologia, em geral, como produtos de um livre mercado em ascensão. Produto esse intencionado por interesses capitalistas, sem quaisquer pudor e controle.

Em meandros da década de 50 do século XX, entorpecidos pelo sentimento de desilusão gerado pelas Guerras, pelo *Game of Thrones*, desencadeia-se um movimento que busca a essência do ser humano⁵. Movimento esse que irá influenciar a Sociologia e implicará na ampliação da narrativa acerca da Ecologia Humana.

Defende-se aí que é na esfera das relações sociais que ocorre a geração dos desequilíbrios ecológicos e, portanto, é somente nela que é possível encontrar caminhos para a gestão virtuosa da biodiversidade e, conseqüentemente, a história do homem na terra.

222

4 Impactados com a produção sociológica durkheimniana, os estudos da época são marcados por perspectivas positivistas, estruturalistas, funcionalistas, comportamentalistas e sociopatológicas. Para saber das principais obras de Émile Durkheim, consultar: <https://www.ebiografia.com/emile_durkheim/>. Acesso em: 02/11/2018.

5 Se é que existe uma essência humana, Primo Levi a problematiza em seu livro *É isto um homem ?* de 1947. Obra que filosofa, a partir da experiência do próprio autor, vítima do Holocausto, o que fomos capazes de fazer na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Para conhecimento, ver: <<http://mundodelivros.com/se-isto-e-um-homem/>>. Acesso em: 02/11/2018.

Figura 1 Biodiversidade planetária em nosso oikos (ecos), nossa casa maior



Fonte: Mareco (2018).

A figura 1 sugere que a nossa casa não é meramente um mecanismo físico isolado, uma construção artificial, mas um estado de espírito em interdependência com forças diversas. O eu e o nós se engendram em *religare*.

223

Os processos ecológicos configurados, sobretudo, por causa dos modos em que os indivíduos se ligam uns aos outros em uma pluralidade, definem fronteiras reais e ilusórias entre as novas e as velhas formas do público e do privado.

Elias (1999) não aceita a ideia do *homo clausus*, pois a psique e a história são humanamente indissociáveis, o que o faz afirmar que não há indivíduos, mas sociedade de indivíduos. Nesse sentido, não há categorias atemporais, universalmente válidas, para se definir o que é público e o que é privado, tendo em vista que essas esferas são inventadas no interior de um processo civilizatório determinado, produzidas como espaços de figuração.

Assumindo esse pressuposto, compreendemos que o que se oculta e o que se mostra em uma sociedade está determinado por mecanismos civilizatórios que figuram espaços, ora como público, ora como privado. Essas figurações são resultantes de processos de interdependência entre eu-nós.

Em virtude [da] inerradicável interdependência das funções individuais, os atos de muitos indivíduos distintos, especialmente numa sociedade tão complexa quanto a nossa, precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades. Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis, mas mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos "sociedade". Ela representa um tipo especial de esfera. Suas estruturas são o que denominamos "estruturas sociais". E, ao falarmos em "leis sociais" ou "regularidades sociais", não nos referimos a outra coisa senão isto: às leis autônomas das relações entre as pessoas individualmente consideradas (ELIAS, 1994, p. 23).

224

Elias busca compreender como e por que, em momentos históricos distintos, há uma tendência de se focar mais a identidade-eu e, em outros, a identidade-nós.

Para ele, não existe um lugar próprio do eu e outro do nós. Em analogia, consideramos que o espaço próprio do privado e do público só existe enquanto uma metáfora política.

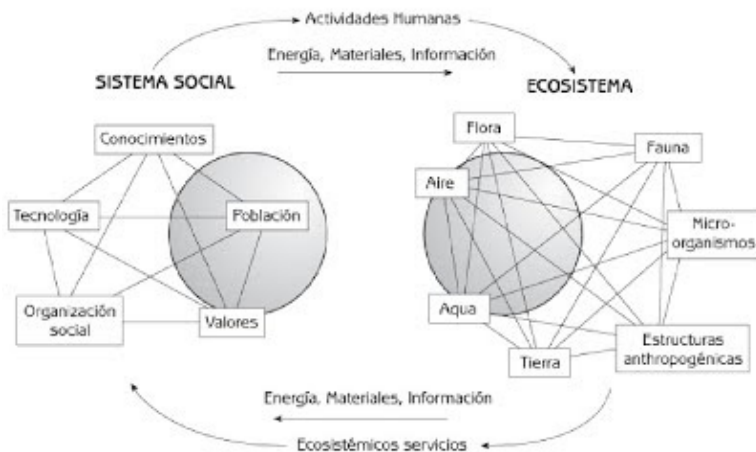
repensando o público e o privado de forma a contribuir com políticas para a nossa casa

Contudo, Elias discute acerca da necessidade ontológica do eu se encontrar no nós, mas se diferenciar dele. Essa premissa identitária basilar se torna premente na configuração civilizatória contemporânea, em que há uma maior dificuldade em saber qual é a nossa casa e quem pode nela adentrar.

Apostamos que os princípios da Ecologia Humana podem tornar possível uma virtuosidade entre o eu e o nós, entre o público e o privado, tão essencial ao futuro da humanidade na terra. Para tanto, defendemos políticas públicas que melhor articulem a interação social com o ecossistema, nos termos representados na figura 2.

Só podemos transformar o mundo se transformarmos a nós mesmos. Eis o ponto de mutação!⁶

Figura 2 Interação do sistema social com o ecossistema



Fonte: Marten (2001).

6 Alusão à obra O ponto de mutação de Fritjof Capra, publicada em 1992. Sugerimos aqui o vídeo homônimo, o qual pode ser visto através de: <<https://www.youtube.com/watch?v=tQlOIa80w5Y&t=1785s>>. Acesso em: 03/11/2018.

Almejamos um desenvolvimento da Ecologia Humana que, nos termos de *Fênix*⁷, faça renascer das cinzas o homem com ele mesmo⁸, o homem com a sociedade⁹ e o homem com o universo¹⁰. Assim, projetamos princípios - nunca antes tão necessários - potencializantes da tríade energética propulsora, nos termos representativos da figura 3.

Figura 3 Ciclo da tríade energética propulsora da Ecologia Humana necessária à contemporaneidade

Universo
Sociedade
Homem

Fonte: elaboração das autoras (2018).

Essa tríade energética como propulsora de todas as políticas públicas e privadas demarca novos tempos para a Ecologia Humana, a qual recoloca a relação eu-nós, em interdependência, mas em figurações diferenciadas. Tempos em que entenderemos que o mundo é a nossa casa e que não é qualquer um que pode nela entrar.

7 Alusão ao pássaro lendário da mitologia grega que morria, mas que sempre renascia das próprias cinzas.

8 Vale a pena aqui lembrar a psicanálise freudiana. Apesar de anunciado pela soberania da psicologia cognitivista do século XXI, Freud "não morreu". Ver: <<http://www.psicanaliseflorianopolis.com/artigos/147-obras-completas-de-sigmund-freud.html>>. Acesso em: 03/11/2018.

9 Nos termos marxianos. Ver: Marx; Engels (1999).

10 Nos termos do paradigma einsteiniano, cuja gênese é encontrada na discussão sobre o inconsciente coletivo junguiano. Ver: Einstein (1981).

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2009.

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Editora UnB, 2002.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Ed. Círculo do livro, 1982.

EINSTEIN, Albert. **Como vejo o mundo**. Tradução de H. P. de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

HABERMAS, Jurgen. **A mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. Tradução de Vidal de Oliveira e Lino Vallandro. 20. ed. São Paulo: Globo, 1996.

LEVI, Primo. **É isto um homem ?** Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MARECO, Mariana. **Ecologia: conceitos fundamentais**. Disponível em: < <http://educacaoambiental.blogs.unisseixal.org/2018/02/09/ecologia-conceitos-fundamentais/>>. Acesso em: 05/11/2018.

MARTEN, Gerry. **Ecología Humana: Conceptos Básicos para el Desarrollo Sustentable**. Disponível em: <<http://gerrymarten.com/ecologia-humana/capitulo04.html>>. Acesso em: 05/11/2018.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: IBEP, 2003.

PAVLOVSKY, Eduardo. Prefácio. In: FERNÁNDEZ, Alicia. **A mulher escondida na professora: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.